LEONARDO FERNANDES DOS SANTOS

**JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL LATINO-AMERICANA: O CASO
ARGENTINA, PARAGUAI E URUGUAI. CONVERGÊNCIAS E DISSONÂNCIAS
DOS MODELOS CLÁSSICOS.**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anna Cândida da Cunha Ferraz

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO/SP
2016**

LEONARDO FERNANDES DOS SANTOS

**JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL LATINO-AMERICANA: O CASO
ARGENTINA, PARAGUAI E URUGUAI. CONVERGÊNCIAS E
DISSONÂNCIAS DOS MODELOS CLÁSSICOS.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Direito, na área de concentração de Direito do Estado, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Anna Cândida da Cunha Ferraz.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO/SP
2016**

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Fernandes dos Santos, Leonardo

Jurisdição Constitucional Latino-Americana: O Caso Argentina, Paraguai e Uruguai. Convergências e Dissonâncias dos Modelos Clássicos. / Leonardo Fernandes dos Santos ; orientadora Prof.^a Dr.^a Anna Cândida Cunha Ferraz -- São Paulo, 2016.

149

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2016.

1. Controle de Constitucionalidade. 2. América Latina. 3. Direito Comparado. 4. Direito Constitucional. I. Cunha Ferraz, Prof.^a Dr.^a Anna Cândida , orient. II. Título.

LEONARDO FERNANDES DOS SANTOS

**JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL LATINO-AMERICANA: O CASO
ARGENTINA, PARAGUAI E URUGUAI. CONVERGÊNCIAS E
DISSONÂNCIAS DOS MODELOS CLÁSSICOS.**

Dissertação apresentada ao Curso de
Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado)
em Direito, da Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo (USP), como
requisito para a obtenção do título de
mestre em Direito.

Orientadora:

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a.

Prof.

Prof.

*Não creio em apenas uma alternativa:
creio em muitas...*

(Gabriel García Márquez, Cheiro de
Goiaba).

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente a todos que, de qualquer forma, tenham me auxiliado na criação e aprimoramento deste trabalho. Especialmente, quero deixar meus agradecimentos a minha mãe Izaura e a meu pai José (*in memoriam*), que, infelizmente, não conseguiu acompanhar a conclusão deste trabalho. Também não poderia deixar de render minhas mais sinceras homenagens a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Anna Cândida da Cunha Ferraz, por ter confiado em minha capacidade de concluir este trabalho e por todos os ensinamentos que comigo compartilhou.

Agradeço também a minha namorada Annelise pelo apoio e compreensão ao longo da elaboração do texto, principalmente pela paciência com minhas constantes ausências em diversas oportunidades. Quero também agradecer ao amigo Renan pela revisão do conteúdo jurídico deste trabalho; sei que se trata de um trabalho cansativo, porém tenha certeza que soube realizá-lo com maestria.

Desejo, por fim, agradecer aos que em suas viagens pela América do Sul me trouxeram diversos livros, cujo conteúdo enriqueceu de sobremaneira o trabalho, bem como as seguintes pessoas, cujo envio de materiais para pesquisa e a troca de ideias tornaram este trabalho possível: Ministro Edgardo Ettlin (Uruguai), Liliane Chavez (Uruguai), Rosana García (Uruguai) e Juan M. G. Garcete (Paraguai).

RESUMO

SANTOS, Leonardo Fernandes. *Jurisdição Constitucional Latino-Americana: O Caso Argentina, Paraguai e Uruguai. Convergências e Dissonâncias Dos Modelos Clássicos*. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O presente trabalho tem por objetivo o estudo da jurisdição constitucional de Argentina, Paraguai e Uruguai, buscando analisar a maneira como estes países a desenvolveram, principalmente suas originalidades e distinções em relação aos modelos clássicos de controle de constitucionalidade. Buscou-se analisar também, a partir dos três exemplos estudados, como o controle de constitucionalidade no âmbito latino-americano tem se mostrado um rico laboratório de experiências concernentes à jurisdição constitucional. Para tal fim, foi realizada, no primeiro capítulo, uma introdução a respeito dos aspectos gerais da jurisdição constitucional, especialmente os temas que serão objeto de análise em cada um dos sistemas jurídicos em estudo. Após, analisou-se, separadamente, por capítulo, o controle de constitucionalidade em Argentina, Paraguai e Uruguai para, ao final, realizar-se um cotejo de suas respectivas jurisdições constitucionais, mormente suas divergências e consonâncias com os clássicos modelos de controle de constitucionalidade.

Palavras-chave: Jurisdição Constitucional; América Latina; Modelos Clássicos; Controle de Constitucionalidade.

ABSTRACT

SANTOS, Leonardo Fernandes. *Jurisdição Constitucional Latino-Americana: O Caso Argentina, Paraguai e Uruguai. Convergências e Dissonâncias Dos Modelos Clássicos*. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

The present work objectives a study of the constitutional jurisdiction of Argentina, Paraguay and Uruguay, seeking to analyze how it was developed, mainly their origins and distinctions in relation to the classic models of judicial review. It was also sought to analyze, from the three countries studied, how the judicial review in Latin American has been behaved as a rich constitutional laboratory. In order to achieve the objective of this work, an introduction about judicial review was made in the first chapter, especially the topics that are the subject of analysis in each of the legal systems under study. After, it was analyzed, by separated chapters, the judicial review in Argentina, Paraguay and Uruguay, in order to, in the end, make a comparison of their respective constitutional jurisdictions, mainly their divergences and consonances with the classic models of judicial review.

Keywords: Constitutional Jurisdiction; Latin America; Classical Judicial Review; Judicial Review

LISTA DE ABREVIATURAS

ADI- Ação Declaratória de Inconstitucionalidade
CPCCN- Código de Processo Civil e Comercial da Nação (Argentina)
CN- Constituição Nacional
CSJN- Corte Suprema de Justiça da Nação (Argentina)
S.D.- Sentença Definitiva
CN- Constituição Nacional (Paraguai)
CPC- Código de Processo Civil (Paraguai)
SJC- Suprema Corte de Justiça (Uruguai)
TCA – Tribunal do Contencioso Administrativo (Uruguai)
CGP- Código Geral de Processo (Uruguai)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
LISTA DE ABREVIATURAS.....	8
SUMÁRIO.....	9
INTRODUÇÃO.....	11
1.0 SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: BREVE CONCEITUAÇÃO.....	16
2.0 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA ARGENTINA:.....	23
2.1 Aspectos Gerais do Controle de Constitucionalidade na República Argentina: Uma Pequena Introdução.....	23
2.2 O Recurso Extraordinário:.....	29
2.2.1 Cabimento e Aspectos Processuais:.....	29
2.2.2 <i>Stare decisis</i> e <i>Efeito erga omnes</i> :.....	32
2.2.3 A Sentença Arbitrária e a Gravidade Institucional como Matéria Constitucional:.....	36
2.3 O Controle de Ofício.....	39
2.4 O controle pela via de ação: A Ação Declaratória de Inconstitucionalidade (ADI):.....	43
2.4.1 Aspectos Gerais:.....	43
2.4.2 Dos Requisitos da ADI:.....	49
2.5 Análise Crítica da Jurisdição Constitucional Argentina:.....	52
3.0 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO PARAGUAI.....	57
3.1 Uma Introdução à Jurisdição Constitucional Paraguaia:.....	57
3.2 O Controle pela Via de Ação.....	62

	10
3.2.1 Controle em Relação a Atos Normativos:.....	62
3.2.2 Controle de Decisões Judiciais:.....	66
3.3 O Controle pela Via de Exceção.....	69
3.4 A Consulta e a Declaração de certeza:.....	72
3.5 Os Efeitos do Controle e Seus Limites:.....	79
3.6 Análise Crítica da Jurisdição Constitucional Paraguaia:.....	88
4.0 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO URUGUAI.....	95
4.1 Introdução à Jurisdição Constitucional Uruguaia:.....	95
4.2 O Controle pela Via de Ação.....	100
4.3 O Controle pela Via de Exceção:.....	110
4.4 Controle de Ofício:.....	117
4.5 A Questão do Contencioso Administrativo e o Controle de Constitucionalidade:.....	120
4.6 Controle, seus limites e efeitos:.....	124
4.7 Análise Crítica da Jurisdição Constitucional Uruguaia:.....	131
5.0 CONCLUSÃO.....	137
6.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é tratar de um tema pouco discutido no âmbito da academia jurídica em terras brasileiras: o modo como se desenvolve o controle de constitucionalidade no seio da jurisdição constitucional latino-americana, especificamente Argentina, Paraguai e Uruguai. O desejo de desenvolver o presente trabalho parte de uma constatação, já assente na História, de que o Brasil tem dificuldade em se enxergar enquanto membro da América Latina. Como bem pontua Maria Lígia Coelho Prado, o “*Brasil é e, ao mesmo tempo, não é América Latina*”¹. Para a referida historiadora, a explicação da frase supra reflete uma posição brasileira profundamente centrada em uma visão eurocêntrica, de modo que estaria “(...) *de olhos postos na Europa e de costas para a América Latina*”². Ailton de Souza assevera que a própria ideia de Brasil como parte da América Latina só surge em meados dos anos de 1920 e sequer autores latinos também compartilhavam a visão de que o Brasil fizesse parte da latinidade³. Esta opinião também é partilhada pelo brasilianista Leslie Bethell:

Quando foi que o Brasil finalmente começou a fazer parte da “América Latina”? Quando a “América Latina” se tornou “*Latin America*”, isto é, quando os Estados Unidos, e por extensão a Europa e o restante do mundo, passaram a considerar o Brasil parte integrante de uma região chamada *Latin America*, começando nos anos 1920 e 1930, mas principalmente durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. E quando, ao mesmo tempo, os governos e intelectuais hispano-americanos passaram a incluir o Brasil no seu conceito de “América Latina”, e alguns (poucos) brasileiros começaram a se identificar com a América Latina⁴.

Vê-se, então, que a relação Brasil e América Latina foi marcada, ao longo de sua história, por um mútuo sentimento de não pertencimento. Esse fato

¹PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História* (USP), São Paulo, v. 145, p.127-149, 2001, p. 128.

²*Idem, ibidem*.

³SOUZA, Ailton de. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. *Revista Pracs: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, v. 4, p.29-39, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/364>>, p 33. Acesso em: 10 set. 2016.

⁴BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos (RJ)*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p.289-321, dez. 2009, p.305. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-21862009000200001>.

também se reflete no âmbito jurídico, no qual os estudos, em terras brasileiras, voltam-se, em geral, para a Europa e Estados Unidos⁵.

Pretende-se, portanto, uma vez identificada uma certa carência de literatura jurídica brasileira sobre a jurisdição constitucional dos países em exame, realizar um estudo sobre os seus modelos de controle de constitucionalidade, bem como o modo como cada uma dessas jurisdições conseguiu apresentar convergências e dissonâncias em relação aos clássicos modelos de controle. O motivo pelo qual Argentina, Paraguai e Uruguai foram os países eleitos para o desenvolvimento deste projeto se referem, além da proximidade geográfica e da relação histórica, da própria atividade econômica existente entre eles, acentuada pelo MERCOSUL.

É de se observar ainda a importância do estudo do tema em apreço na medida em que se pode verificar aquilo que Vicki C. Jackson nomina de migração de ideias constitucionais, isto é, o fato de que cada vez mais existe um fluxo migratório entre as estruturas desenhadas pelas Constituições, havendo múltiplas influências entre elas⁶. O autor supracitado ainda cita estudos de Mark Tushnet's que – utilizando-se do conceito antropológico de bricolagem, no sentido de união de vários elementos para formação de algo novo – assevera encontrar, no estudo comparativo de Constituições, um certo grau de bricolagem entre elas⁷. Assim, pretende-se observar a realidade da jurisdição constitucional dos países em cotejo e verificar justamente o modo como ela se insere dentro desse fluxo migratório de experiências constitucionais em relação especificamente ao controle de constitucionalidade. Nosso parâmetro de comparação será justamente os modelos clássicos de controle, em um plano abstrato, ainda que, eventualmente, possam ser encontradas algumas referências comparativas com a jurisdição constitucional brasileira, quando isto se fizer necessário à boa compreensão (e também distinção) dos institutos.

⁵Evidentemente, a regra comporta exceções como a obra: WOLKMER, Antonio Carlos; CORREAS, Oscar (Org.). *Crítica Jurídica na América Latina*. Aguascalientes: Cenejus, 2013. Há, ademais, cada vez mais a participação de textos brasileiros em revistas especializadas sobre o tema como o Anuário de Direito Constitucional Latino-americano e no Anuário Ibero-americano de Justiça Constitucional.

⁶JACKSON, Vicki C. Comparative Constitutional Law: Methodologies. In: ROSENFELD, Michel; SAJO, Andras (Ed.). *The Oxford Handbook of Comparative Constitutional Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 54-73, p. 59.

⁷*Idem, ibidem*.

Para que possa atingir tal fim, o método utilizado, além do teórico, baseado em pesquisas doutrinárias, será aquele que os comparativistas de direito constitucional nominam de método funcionalista. Segundo Jackson:

Perhaps the dominant method of comparative analysis, in constitutional law, as in other fields of law, is functionalist. The scholar may identify an institution that exists in multiple constitutional systems and explore its functions(s)(...).⁸

Assim, buscar-se-á, a partir de uma análise normativa e jurisprudencial, entender os detalhes das jurisdições constitucionais argentina, paraguai e uruguaia e relacionar esta bricolagem com os demais modelos de justiça constitucional.

Francisco Fernandez Segado há tempos assevera a obsolescência da bipolaridade da divisão dos sistemas de controle em modelo americano, difuso, e concentrado, europeu. Segundo o autor:

(...) la justicia constitucional, en el nuevo siglo XXI, se nos presenta perfilada por una serie de situaciones peculiares que aunque encontrando su origen en épocas más o menos anteriores, han venido convergiendo y, a la par, acentuando sus rasgos: el proceso de progresiva e ininterrumpida convergencia entre los dos clásicos sistemas de justicia constitucional, la quiebra frontal del modelo kelseniano del “legislador negativo” con el subsiguiente rol creativo de los tribunales Constitucionales y la enorme heterogeneidad y generalizada mixtura e hibridación de los actuales sistemas de justicia constitucional, han desencadenado la obsolescencia de la clásica bipolaridad “sistema americano -sistema europeo-kelseniano”, haciendo necesaria la búsqueda de una nueva tipología que nos ofrezca una mayor capacidad analítica de los sistemas de justicia constitucional⁹.

⁸JACKSON, Vicki C. *Comparative Constitutional Law: Methodologies*, p. 62. “Talvez o método dominante na análise comparativa, no direito constitucional, bem como em outros campos do Direito, é o funcionalista. O pesquisador deve identificar um instituto que existe em múltiplos sistemas constitucionais e explorar suas respectivas funções”. Tradução livre

⁹SEGADO, Francisco Fernández. La obsolescencia de la bipolaridad ¿modelo americano-modelo europeo-kelseniano¿ como criterio analítico del control de constitucionalidad y la búsqueda de una nueva tipología explicativa. *Parlamento y Constitución*. Anuario, Universidad Castilla-La Mancha, Toledo, nº 6, 2002, p. 9-73, p. 13. Disponível em: <<http://www.cortesclm.es/paginas/detalle_nooficial.php?id=38>>. Acesso em 02 de Maio de 2015. “(...) a justiça constitucional, no novo século XXI, apresenta-se caracterizada por uma série de situações peculiares que, ainda que encontrando origem em épocas mais ou menos anteriores, foram-se convergindo e acentuando seus traços: o processo de progresiva e ininterrupta convergência entre os dois clássicos sistemas de justiça constitucional, a quebra frontal do modelo kelseniano de “legislador negativo” com o subsequente rol criativo de tribunais constitucionais e a enorme heterogeneidade e generalizada mistura e hibridação dos atuais sistema de justiça constitucional desencadearam a obsolescência da clássica bipolaridade “sistema americano-sistema kelseniano”, fazendo necessária a busca de uma nova tipologia que nos ofereça maior capacidade

Segundo Segado, é justamente na América Latina que se encontra um grande laboratório de experiências no âmbito das jurisdições constitucionais¹⁰. Giancarlo Rolla igualmente afirma que: “(...) *el sistema iberoamericano de justicia constitucional se caracteriza por la heterogeneidad de las experiencias, que convierten a dicha realidad en un auténtico patchwork constitucional*”¹¹ e endossa o caráter de laboratório original das experiências latino-americanas¹². Essa assertiva é reforçada por Jorge E. R. Roa, para quem: “(...) *América Latina es una especie de laboratorio de la justicia constitucional, en el que los tradicionales modelos europeo y norteamericano se presentan puros, combinados o adaptados a las propias experiencias del constitucionalismo latinoamericano*”¹³.

A indagação do trabalho se sintetiza, então, em saber se, a partir das convergências e dissonâncias dos modelos de controle de Argentina, Paraguai e Uruguai em relação aos modelos clássicos, pode-se, dentro do microcosmo que esses países representam no macrocosmo (América Latina), cogitar-se também da real existência desse rico laboratório de experiências no âmbito da jurisdição constitucional latino-americana.

A contribuição que o presente trabalho pretende dar à ciência jurídica é, então, ainda que dentro de uma análise micro, observar de maneira mais detalhada o fenômeno do controle de constitucionalidade nos países do Cone Sul (aqui adotado um conceito geograficamente restrito do termo). Trar-se-ão dúvidas cujas respostas ofertadas, ainda que eventualmente insuficientes, terão cumprido seu papel caso tenham, ao menos, fomentado o debate.

Para se cumprir o até então aqui proposto, realizou-se a divisão do trabalho em seis capítulos, incluída aí a conclusão. Buscamos no primeiro capítulo

analítica a respeito dos sistemas de justiça constitucional”. Tradução livre.

¹⁰SEGADO, Francisco Fernández. *La obsolescencia de la bipolaridad ¿modelo americano-modelo europeo-kelseniano¿ como criterio analítico del control de constitucionalidad y la búsqueda de una nueva tipología explicativa*, p. 61.

¹¹ROLLA, Giancarlo. La tutela directa de los derechos fundamentales por los tribunales constitucionales en América Latina. In: PARAGUAY. CORTE SUPREMA DE JUSTICIA. *La Ciencia del Derecho Procesal Constitucional*. Asunción. 2012. p. 213-237, p. 216. Disponível em: <www.pj.gov.py/ebook>. Acesso em: 10 maio 2016.(...) o sistema ibero-americano de justiça constitucional se caracteriza por uma heterogeneidade das experiências, que convertem a dita realidade em um autêntico patchwork (miscelânea) constitucional

¹²*Idem*, p. 217.

¹³ROA, Jorge Ernesto Roa. La justicia constitucional en América Latina. *Serie Documentos de Trabajo, Bogotá*, v. 34, p.5-36, 2015, p. 2. Disponível em: <www.icrp.uexternado.edu.co/>. Acesso em: 10 ago. 2016.

oferecer uma visão geral sobre o controle de constitucionalidade, realizando uma abordagem teórica a fim de rememorar seus principais institutos. No segundo, buscou-se analisar a questão da jurisdição constitucional argentina que, em razão de sua peculiaridade quanto ao órgão de controle, tema que será mais bem abordado adiante, recebeu uma divisão de subcapítulos distinta dos demais. No terceiro e quarto capítulos foram estudados, respectivamente, os casos de Paraguai e Uruguai.

No desfecho de cada capítulo se buscou, ademais, uma análise crítica de cada jurisdição constitucional. Ao final, tratou-se de realizar alguns cotejos entre o controle nos países em apreço, concatenando-os com outros temas dignos de observação para o tema proposto. Inevitavelmente, o enfrentamento do tema proposto levou também ao estudo de aspectos de direito processual constitucional, pois há uma imbricada simbiose entre a jurisdição constitucional e os instrumentos para sua adequada performance. Como bem acentua Canotilho: *“através dos processos constitucionais, garante-se, desde logo, a Constituição¹⁴”*.

Feitas estas notas introdutórias, é hora de seguir. *¡Adelante!*

¹⁴CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003, p. 969.

5.0 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como intento analisar o rico cenário de que se compõe a jurisdição constitucional latino-americana, ao menos dentro dos países estudados, eleitos como objeto de análise pela proximidade geográfica e pela aproximação histórica com o Brasil. Nossa principal indagação, exposta na parte introdutória deste trabalho, era justamente saber se, dentro do microcosmo que as jurisdições constitucionais de Argentina, Paraguai e Uruguai representam no âmbito da América Latina, poder-se-ia cogitar, a partir das dissonâncias e convergência dos modelos clássicos, a real existência desse rico laboratório de experiências constitucionais tratado por Segado²⁸¹.

Como análise conclusiva, procurar-se-á destacar os pontos mais relevantes no que toca ao objeto de estudo e relacionar como as jurisdições constitucionais de Argentina, Paraguai e Uruguai contribuem na resposta da indagação proposta.

Para cumprir a proposta do parágrafo acima, utilizar-se-ão, sempre que possível, os critérios de divisão metodológica dos modelos clássicos que foram expostos no primeiro capítulo desta dissertação.

Em relação ao critério orgânico – *locus* organizacional do órgão controlador – verifica-se que em todas as jurisdições constitucionais estudadas o controle fica a critério de um órgão integrante do próprio Poder Judiciário, de modo que não há que se falar de controle, ao menos do ponto de vista jurisdicional, por parte de órgãos estranhos aos quadros da magistratura clássica (um Tribunal Constitucional independente, fora do Judiciário, como se percebe no modelo alemão, por exemplo). Como ponto de distinção, no entanto, verifica-se que a República do Paraguai acabou por dissentir, em partes, de uma atribuição do controle a sua Corte Suprema como um todo, já que o controle, em regra, tem monopólio²⁸² previsto a uma Sala Constitucional, órgão da Corte. Este modelo, adotado pelo Paraguai, não é totalmente estranho na América Latina, sendo o escolhido também, com as devidas distinções, pela Costa Rica (art. 10 da Constituição costa-riquenha).

²⁸¹SEGADO, Francisco Fernández. *La obsolescencia de la bipolaridad ¿modelo americano-modelo europeo-kelseniano? como criterio analítico del control de constitucionalidad y la búsqueda de una nueva tipología explicativa*, p. 61

²⁸²As exceções a essa regra foram devidamente analisadas no segundo capítulo deste trabalho.

No que toca ao momento do controle, nota-se também que nenhuma das jurisdições constitucionais reconhece a existência de um controle jurisdicional preventivo de constitucionalidade. Aliás, pôde-se observar pela exposição realizada que, além do fato do controle ser totalmente repressivo, exige-se do jurisdicionado um ônus argumentativo no sentido de comprovar, além da vigência da lei, a sua aplicabilidade ao caso concreto posto em juízo. Nesse ponto, aliás, merece menção que deriva da própria Constituição Uruguaia (art. 258) a rígida exigência de que o jurisdicionado demonstre um interesse direto, pessoal e legítimo. Vê-se, então, que para além do controle ser totalmente repressivo, há uma exigência a mais, relacionada à demonstração da real incidência da norma em face do jurisdicionado. Nesse ponto, é mister consignar que a existência de um controle preventivo de constitucionalidade não é praxe na América Latina, com interessantes exceções, como a do Tribunal Constitucional chileno (art. 82 da Constituição Política da República do Chile).

Referente ao modo como se controla, verificou-se que nas três jurisdições estudadas há um controle tanto pela via de ação como pela via de exceção. Esses termos, no entanto, devem ser interpretados com certa restrição em relação ao seu real alcance. Quando se está a dizer que Argentina, Paraguai e Uruguai possuem controle pela via de ação isto deve ser interpretado no sentido estrito de que, nesses países, há a possibilidade do manejo de uma ação autônoma cujo pedido é a declaração de inconstitucionalidade²⁸³. Todas as jurisdições em estudo também reconhecem o controle pela via de exceção, isto é, quando a inconstitucionalidade não faz parte do pedido principal de determinada demanda, mas possui caráter incidental.

No que concerne ao controle de ofício, somente na Argentina ainda se verifica uma certa discussão a respeito de seu cabimento. Tanto Paraguai quanto Uruguai positivaram expressamente a possibilidade de que o juízo de piso, incompetente para a realização do controle de constitucionalidade, possa, *ex officio*, arguir (e não decidir) a inconstitucionalidade de determinada norma antes de ter que aplicá-la. Vê-se, então, em relação a estes dois últimos países, uma convergência com aqueles modelos totalmente concentrados nos quais o juízo

²⁸³Os efeitos dessas ações serão tratados logo abaixo.

pode remeter os autos ao órgão constitucionalmente competente para o exercício da jurisdição constitucional.

Quanto ao órgão competente, no caso argentino, em razão da forte influência da Constituição norte-americana, reconhece-se somente a existência de um modelo de controle difuso, de modo que seja incidentalmente ou pela via de ação; logo, a Corte Suprema de Justiça somente conhecerá da questão de inconstitucionalidade, em regra, enquanto instância recursal. Cabe a todos os demais juízes, no âmbito de suas respectivas competências, a análise da constitucionalidade de atos normativos. Já na jurisdição constitucional paraguaia e uruguaia, como já se afirmou acima, o controle é totalmente concentrado nas respectivas Cortes Supremas. Assim, em caso de controle pela via de ação, a demanda é proposta direta e originariamente no Tribunal, ao passo que na via incidental e de ofício, há um feito que tramita no juízo ordinário e uma ou ambas as partes (na via de exceção) ou o próprio magistrado do processo (na via de ofício) entendem que é caso de afastar a aplicação do ato legislativo ao caso concreto e elevam a questão da constitucionalidade ao respectivo tribunal.

A propósito dos efeitos das decisões de controle, todas as jurisdições constitucionais analisadas convergem em relação à ausência de efeitos *erga omnes* às decisões proferidas. O que se pôde notar é que essas jurisdições desconhecem o efeito derogatório da norma que está presente naqueles sistemas que optam por um modelo abstrato de controle. Como nota dissonante, merece reflexão o fato de que Paraguai e Uruguai possuem um controle totalmente concentrado, na medida em que somente as respectivas Cortes Supremas possuem o monopólio da jurisdição constitucional, e mesmo assim optaram por um efeito apenas *inter partes*. Como já tivemos a oportunidade de afirmar, em geral se associam os modelos que adotam o sistema totalmente concentrado com um controle dotado de efeitos derogatórios, típico também de uma configuração orgânica desses Tribunais como verdadeiros Tribunais Constitucionais, separados da estrutura judiciária comum. Paraguai e Uruguai mesclaram, de certa forma, esses conceitos, na medida em que o órgão controlador está situado organicamente dentro do Poder Judiciário, possuem o monopólio do controle e mesmo assim os efeitos das decisões, que reconhecem

a incompatibilidade do ato legislativo com a Constituição, limitam-se ao caso concreto, sem qualquer efeito para além do processo posto. Em relação à Argentina, seu modelo totalmente difuso converge com a ideia clássica de efeitos limitados ao caso concreto, ainda que haja, por parte da Corte Suprema, a tentativa, mesmo que jurisprudencial, de que seus *fallos* vinculem os demais magistrados.

Uma importante indagação a ser realizada é a respeito da relação das jurisdições constitucionais analisadas com as instabilidades políticas dos países, especificamente o caso argentino (item 2.1) e paraguaio (item 3.2). Foi possível vislumbrar que ao longo da história recente desses países, foram significativos os conflitos entre as Cortes Supremas e os demais Poderes, com ameaças e, até mesmo, processos concluídos de impedimento de magistrados das Cortes. O caso paraguaio soa mais grave neste ponto, na medida em que existe uma tensão real de entendimento entre o Senado e a Corte no que diz respeito à inamovibilidade *ab initio* dos ministros da Corte, opinião não compartilhada pelo Senado, que insiste na necessidade de confirmação dos ministros após cinco anos a fim de que adquiram a inamovibilidade plena até os setenta e cinco anos. Mesmo que, em nenhuma das jurisdições em apreço, possuam as Cortes o poder de nulificar as leis aprovadas pelo Legislativo, mas apenas para afastá-las de incidência no caso concreto, isto já foi suficiente para conflitos institucionais acentuados.

Ainda neste ponto, é mister se refletir sobre a relação entre democracia e defesa da Constituição na realidade latino-americana. Ao discorrer sobre o tema, Aníbal Pérez Liñán dispõe que, ao mesmo tempo em que a América Latina se mostrou como verdadeiro testemunho da expansão dos direitos constitucionais desde a Constituição Mexicana de 1917 – realidade acompanhada pelo incremento dos instrumentos de jurisdição constitucional, que passaram a ser cada vez mais institucionalizados –, não houve, do ponto do processo histórico, o mesmo engajamento entre realidade prática e instituições formais²⁸⁴. Existiria, então, uma fissura nessa relação:

²⁸⁴PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Democracia y defensa constitucional en América Latina. *Polítai: Revista de Ciencia Política*, Lima, v. 2, p.56-67, p.57, 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5496036>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

Esta brecha entre instituciones formales y práctica política informal sigue siendo uno de los más grandes rompecabezas para los estudiantes de Derecho Constitucional en la región. Cómo poder explicar esta brecha? El documento de trabajo sustenta tres argumentos. Primero, el control de las más altas instancias judiciales es un activo esencial para los políticos en América Latina y los de cualquier otro lugar del mundo. Segundo, América Latina ha desarrollado una rica tradición de litigio constitucional en el transcurso de más de un siglo. Esta tradición involucró la adopción de modelos extranjeros que eran adaptados a las condiciones locales, así como el desarrollo de instituciones nacionales que se diseminaron dentro (y fuera) de la región. Tercero, el establecimiento de instrumentos legales y salas especializadas no ha resultado ser suficiente como garantía del desarrollo del constitucionalismo, porque los gobiernos, en la mayoría de los países, muchas veces tomaron el control de la judicatura, impidiendo así la consolidación de la independencia judicial. Uno de los mecanismos usados más frecuentemente para reestructurar los juzgados irónicamente fueron las reformas constitucionales²⁸⁵.

Vê-se, então, que ainda que se possa falar de uma importante evolução dos mecanismos de controle e da própria configuração orgânica da jurisdição constitucional em si, existem desafios importantes, afetos também às jurisdições objeto deste trabalho, com o propósito de se evitar a sua contaminação ou seu enfraquecimento por parte de uma realidade política, comum e frequentemente contaminada por práticas nefastas à consolidação e aprimoramento da democracia.

Pode-se afirmar, a partir de nossa pergunta principal, que o estudo das jurisdições constitucionais de Paraguai, Uruguai e Argentina demonstra, apesar dos problemas relatados, a existência e efetivo exercício de uma jurisdição constitucional que mesclou, na medida das possibilidades jurídico-políticas de

²⁸⁵PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Democracia y defensa constitucional en América Latina*, p. 57. "Esta brecha entre instituciones formales e práctica política informal segue sendo um dos maiores quebra-cabeças para os estudantes de Direito Constitucional na região. Como se pode explicar esta brecha? Este documento de trabalho sustenta três argumentos. Primeiro, o controle das mais altas instâncias judiciais é um ativo essencial para os políticos na América Latina e dos outros de qualquer lugar do mundo. Segundo, a América Latina desenvolveu uma rica tradição de litígio constitucional no transcurso de mais de um século. Esta tradição envolveu a adoção de modelos estrangeiros que eram adaptados às condições locais, assim como o desenvolvimento de instituições nacionais que se disseminaram dentro (e fora) da região. Terceiro, o estabelecimento de instrumentos legais e salas especializadas não resultou ser suficiente como garantia para o desenvolvimento do constitucionalismo, porque os governos, na maioria dos países, muitas vezes tomaram o controle da judicatura, impedindo assim a consolidação da independência judicial. Um dos mecanismos mais frequentemente usados para reestruturar os juízos foram, ironicamente, as reformas constitucionais". Tradução livre.

cada realidade, importantes modelos de controle de constitucionalidade existentes. A própria *assemblage* que a realidade desses países conseguiu construir demonstra uma preocupação de efetivação da jurisdição constitucional, realidade esta importante se considerarmos as dificuldades democráticas que assolaram todos eles em seus passados recentes. Foi possível constatar que, apesar de todo déficit democrático gerado pelos períodos ditatoriais vivenciados por esses países, conseguiram eles a elaboração de modelos próprios e sofisticados de mecanismos de controle de constitucionalidade, reforçando a ideia trazida no começo do trabalho de que a América Latina se mostra um rico berçário de experiências constitucionais. Ainda que nosso objeto de estudo se mostre, quantitativamente, diminuto frente ao amplo quadro de jurisdições constitucionais existentes no continente, pode-se asseverar que as estudadas respondem bem, apesar de serem uma amostragem, ao modo como o controle de constitucionalidade ganhou contornos próprios na região.

Há, no entanto, uma importante tarefa ainda a ser feita no âmbito da jurisdição constitucional latino-americana que é mais do que “apenas” garantir a eficácia das normas constitucionais, mas a internalização, na sociedade, dos valores constitucionais, formando-se, assim, uma sociedade que milite pela Democracia e, por conseguinte, pela concreção da Constituição. Essa tarefa, entretanto, transborda os limites do Direito e depende muito mais da Política. Isso não impede, no entanto, que nós, juristas, trabalhemos com a ferramenta de que dispomos para tanto: a Constituição.

6.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOUD, Georges. *Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais*. São Paulo: RT, 2011.

ACKSON, Vicki C. Comparative Constitutional Law: Methodologies. In: ROSENFELD, Michel; SAJO, Andras (Ed.). *The Oxford Handbook of Comparative Constitutional Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 54-73.

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. O controle de Constitucionalidade de Leis Municipais. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 76, p.125-134, 1982, p. 125/126. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181400>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

ARAGÓN, Manuel. *Constitución, democracia y control*. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Jurídicas (UNAM), 2002.

ARLAS, José A. La declaración -en vía principal- de inconstitucionalidad de las Leyes en el Derecho Uruguayo. *Revista Uruguaya de Derecho Procesal*, Montevideo, v. 3, p.11-34, 1975.

BAZÁN, Victor. El control de constitucionalidad de oficio en la jurisprudencia de la corte suprema de Justicia Argentina. *Revista de Derecho Político*, Madrid, núm 60, 2004, págs. 385-423, p. 388. Disponível em: <<http://revistas.uned.es/index.php/derechopolitico/index>>. Acesso em 07 de Maio de 2015.

_____. Reflexiones sobre la acción declarativa de inconstitucionalidad en el ámbito jurídico argentino. *Ius Et Praxis*, Talca, v. 8, n. 2, p. 93-140, 2002. Disponível em: <<http://www.revistaiepraxis.cl/index.php/iepraxis>>. Acesso em: 08 de Maio de 2015.

_____. Perspectivas del control jurisdiccional sobre las omisiones inconstitucionales en Argentina. *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano*, Montevideo, n. 17, p.157-187, 2011.

BERRO, Graciela. Control de la constitucionalidad de las Leyes. *La Justicia Uruguaya*, Montevideo, v. 142, p.97-115, 2010.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos (RJ)*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p.289-321, dez. 2009.

BIANCHI, Alberto B. *Control de Constitucionalidad*. Tomo I. 2ª edición. Buenos Aires: Ábaco, 2002.

CAEIRO, Silvia B. Palacio de. El Superior Tribunal de la Causa em El Recurso Extraordinario Federal. Precisiones Actuales. In: MASCIOTRA, Mario; CARELLI, Enrique Antonio (Org.). *Derecho Procesal Constitucional*. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2006. p. 231-258.

CAGNONI, José Aníbal. CAGNONI, José A.: El proceso de inconstitucionalidad y el Poder Ejecutivo. *Revista de Derecho Público*, Montevideo, v. 2, p.167-177, 1992.

CAMPOS, Germán J. Bidart. *Compendio de Derecho Constitucional*. Buenos Aires: Ediar, 2004.

CANDIA, Manuel Dejesús Ramírez. *Derecho Constitucional Paraguayo*, Tomo I. 4ª ed. Asunción: Litocolor S.R.L, 2013.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARNELLI, Lorenzo Sánchez. *Declaración de Inconstitucionalidad de Actos Legislativos*. Montevideo: Fundación de Cultura Unisversitaria, 2005.

CARNOTA, Walter Fabián; MARANIELLO, Patrício Alejandro. *Derecho Constitucional*, 1ª edición. Buenos Aires: La Ley, 2008.

CHASE PLATE, Luis Henrique. La jurisdicción constitucional y la jurisdicción contencioso-administrativa. *Tribunales y Justicia Constitucional*. Memoria del VII Congreso Iberoamericano de Derecho Constitucional. Coord: Juan Vega Gómez, Edgar Corzo Sosa, México, 2002.

CLAUDE, Luis Lezcano. Apuntes para la Reforma de la Constitución de 1992. In: PARAGUAY. CORTE SUPREMA DE JUSTICIA. *Comentario a la Constitución*, Tomo IV. Asunción. 2012. p. 213-290. Disponible em: <www.pj.gov.py/ebook>. Acceso em: 18 mar. 2016.

_____. *Derecho Constitucional: Parte Orgánica*. Asunción: [s.n.], 2015.

_____. *El Control de Constitucionalidad en el Paraguay*. Asunción: La Ley Paraguaya, 2000.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. *A fiscalização abstrata da constitucionalidade no direito brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

COLOR, Abc (Ed.). Hay jurisprudencia de la Corte sobre la declaración de certeza. Abc Color. Asunción. 21 abr. 2016. Disponible em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/hay-jurisprudencia-de-la-corte-sobre-la-declaracion-de-certeza-1455111.html>>. Acceso em: 05 ago. 2016.

_____. Certeza constitucional no existe, afirman. *Abc Color*. Asunción, 23 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/certeza-constitucional-no-existe-afirman-1446756.html>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

DELPIAZZO, Carlos E. Actos susceptibles de control jurisdiccional de constitucionalidad. *Estudios de Derecho Administrativo*, Montevideo, v. 12, p.111-132, 2015.

DIDIER, Fredie Jr. *Curso de Direito Processual Civil*, volume 1. 15ª edição. Salvador: JusPodivm, 2013.

ESPIELL, Héctor Gros. Uruguay: ¿Presidencialismo o parlamentarismo? *Cuestiones Constitucionales*, Ciudad del México, v. 7, p.87-108, 2002. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88500703>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

ETTLIN, Edgardo. Efectos de La Declaración de Inconstitucionalidad de Las Leyes y Decretos de Las Juntas Departamentales en Relación al Tiempo. *La Ley Uruguaya*, Montevideo, v. 153, p.39-66, fev. 2016.

FERRAND, Martín J. Risso. Declaración de inconstitucionalidad por omisión en el dictado de actos ordenados por la Constitución. *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano*, Buenos Aires, p.11-36, 2001.

_____. El "Juez Constitucional" en el Uruguay. *Revista de Derecho Público*, Montevideo, n. 45, p.79-102, ago. 2014.

FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. Anotações Sobre o Controle de Constitucionalidade no Brasil e a Proteção dos Direitos Fundamentais. *Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional*, Madrid, v. 11, p.73-98, 2007. Disponível em: <<http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=8>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. Notas sobre o controle preventivo de constitucionalidade. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 142, p.279-296, 1999.

FERREYRA, Raúl Gustavo. La Corte Suprema de Justicia argentina y el control de constitucionalidad: vicisitudes y retos del papel institucional del Tribunal. *Cuadernos Constitucionales de La Cátedra Fadrique Furió Ceriol*, Valencia, n. 47, p.13-43, nov. 2004.

FLECK, R. K.; HANSSEN, F. A.. Judicial Review as a Constraint on Tyranny of the Majority. *Journal Of Law, Economics, And Organization*, [s.l.], v. 29, n. 2, p.303-331, 21 nov. 2012. Oxford University Press (OUP).

FREITAS, Rubén Correa. El acto administrativo en el Derecho Positivo uruguayo.

Revista Jurídica, Buenos Aires, v. 15, p.267-284, 2011. Disponível em: <<http://dspace.uces.edu.ar:8180/xmlui/handle/123456789/1414>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

FREITAS, Rubén Correa. La inconstitucionalidad de los actos legislativos en el Uruguay. *Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional*, Madrid, v. 6, p.33-62, 2002. Disponível em: <<http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=8&IDN=398>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

GALLICCHIO, Eduardo G. Esteva. La jurisdicción constitucional en Uruguay. In: BELAUNDE, Domingo García (Org.). *La jurisdicción constitucional en Iberoamérica*. Madrid: Dykinson, 1997. p. 897-927.

GALLICCHIO, Eduardo Gregorio Esteva. Efectos de las sentencias de la Suprema Corte de Justicia de Uruguay en materia de control de regularidad constitucional de los actos legislativos. *Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional*, Madrid, v. 12, p.117-134, 2008. Disponível em: <<http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=8&IDN=664>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. La inconstitucionalidad de oficio en el derecho constitucional uruguayo. *Estudios Constitucionales*, Talca, v. 2, n. 4, p.251-262, 2006. Disponível em: <<http://www.cecoch.cl/publicacion/2006-revista-2/>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

GAMARRA, Adriana Raquel Marecos . La Consulta Constitucional en Paraguay. In: Pablo Villalba Bernié, Javier Rojas Wiemann. *Derecho Procesal Constitucional. Constitucionalidad y Convencionalidad en Democracia*. Asunción: Hesakã; 2015. p. 101-121.

GARCETE, Juan Marcelino González. *Control de Constitucionalidad*. Asunción: Avezar, 2010.

GUTIÉRREZ, Alfredo. Destituyeron a Moliné y se acabó la mayoría automática en la Corte. *Clarín*. Buenos Aires, 04 dez. 2003. Disponível em: <<http://old.clarin.com/diario/2003/12/04/p-00315.htm>>. Acesso em: 05 maio 2014.
GUTIÉRREZ, Fulvio. La declaración de inconstitucionalidad de la ley crítica a su efecto específico (caso concreto). *La Ley Uruguaya*, Montevideo, v. 10, p.1188-1193, 2009.

HALPERIN, Jean-louis. La question prioritaire de constitutionnalité: une révolution dans l'histoire du droit français? *Les Cahiers Du Conseil Constitutionnel*, Paris, v. 28, p.31-34, 2010. Disponível em: <<http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/nouveaux-cahiers-du-conseil/cahier-n-28/la-question-prioritaire-de-constitutionnalite-une-revolution-dans-l-histoire-du-droit-francais.52720.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

HARO, Ricardo. *Control de Constitucionalidad*. 2ª edición. Buenos Aires: Zavalia, 2008.

KELSEN, Hans. *Jurisdição constitucional*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KIRMSEER, José Raúl Torres; LÓPEZ, Giuseppe Fossati. Acerca de La Denominada "Consulta Constitucional". In: CORTE SUPREMA DE JUSTICIA. (Org.). *Comentario a la Constitución, Tomo IV*. Asunción. 2012. p. 487-511.

KIRMSEER, José Raúl Torres. La Praxis del Control de Constitucionalidad en el Paraguay. *Revista de La Facultad de Derecho y Ciencias Sociales (U.N.A)*, Asunción, p.83-103, 2010.

KORZENIAK, José. *Primer Curso de Derecho Público. Derecho Constitucional*. 4. ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2008.

LARRAMENDI, Miguel. El interés directo en la declaración de inconstitucionalidad de la Ley. *Revista de Legislación Uruguaya*, Montevideo, v. 8, p.1741-1782, 2015.
LEAL, Roger Stiefelmann. *O efeito vinculante na jurisdição constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2006.

LÖSING, Norbert. La justicia constitucional en Paraguay y Uruguay. *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano*, Montevideo, p.109-133, 2002.

LUQUE, Carlos D. Un Tribunal Constitucional para la República Argentina: nociones sobre la conveniencia de su incorporación. *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano*, Año XV, Montevideo, p.109-124, 2009.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENDONCA, Daniel; BONNET, Juan Carlos Mendonça. La justicia constitucional en Paraguay. In: CENTRO DE ESTUDIOS CONSTITUCIONALES (Org.). *Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional*. Madrid: Lerko, 1997. p. 293-302.
Disponível em:
<<http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=8&IDN=393>>. Acesso em: 05 maio 16.

MENDONCA, Daniel; SAPENA, Josefina. *Sentencia Arbitraria. Análisis de la doctrina constitucional de la Corte Suprema de Justicia*. Asunción: Intercontinental, 2006.

MIDÓN, Mario A. R. *Manual de Derecho Constitucional Argentino*, 2º edición. Buenos Aires: La Ley, 2004.

OTEIZA, Eduardo. El certiorari o el uso de la discrecionalidad por la Corte Suprema de Justicia de la Nación sin un rumbo preciso. *Revista Jurídica de La*

Universidad de Palermo, Palermo, v. 3, n. 1, p.71-85, abr. 1998. Disponível em: <http://www.palermo.edu/derecho/revista_juridica/pub_a3n1_consejo.html>. Acesso em: 05 maio 2015.

PELUFFO, Juan Pablo Cajarville. Breve presentación de la jurisdicción contencioso administrativa uruguaya. *Revista de La Facultad de Derecho*, Montevideo, v. 23, p.123-144, 2004. Disponível em: <<http://www.revistafacultadderecho.edu.uy/ojs-2.4.2/index.php/rfd/article/view/194>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Democracia y defensa constitucional en América Latina. *Polital: Revista de Ciencia Política*, Lima, v. 2, p.56-67, p.57, 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5496036>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História* (USP), São Paulo, v. 145, p.127-149, 2001.

REIG, Sara Bossio. *La praxis del control de constitucionalidad en el Uruguay*. 2007. Disponível em: <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/verConteudo.php?sigla=portalStfSobreCorte_pt_br&idConteudo=175376>. Acesso em: 10 jul. 2016.

RIVERA, Julio César; LEGARRE, Santiago. Los efectos de la declaración de inconstitucionalidad en los Estados Unidos y la Argentina. *Lecciones y Ensayos*, Buenos Aires, n. 86, p.321-350, 2009, p. 341. Disponível em: <http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/lye/pub_lye_numeros_86.php>. Acesso em: 06 abr. 2015.

ROA, Jorge Ernesto Roa. La justicia constitucional en América Latina. *Serie Documentos de Trabajo, Bogotá*, v. 34, p.5-36, 2015, p. 2. Disponível em: <www.icrp.uexternado.edu.co/>. Acesso em: 10 ago. 2016.

ROCCA, María Elena *et al.* *Teoría de La Constitución y del Estado: Para Principiantes*. Montevideo: Udelar, 2014. Disponível em: <<http://publicaciones.fder.edu.uy/index.php/me/issue/view/21>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

ROLLA, Giancarlo. La tutela directa de los derechos fundamentales por los tribunales constitucionales en América Latina. In: PARAGUAY. CORTE SUPREMA DE JUSTICIA. *La Ciencia del Derecho Procesal Constitucional*. Asunción. 2012. p. 213-237, p. 216. Disponível em: <www.pj.gov.py/ebook>. Acesso em: 10 maio 2016.

SAGÜES, Nestor Pedro. La Corte Suprema y El Control Jurisdiccional de Constitucionalidad en Argentina. *Ius et Praxis*, Talca, vol. 4, num 1, p. 85-102, 1998.

SAMPAY, Arturo Enrique. *La Declaración de Inconstitucionalidad en el Derecho Uruguayo*. Editorial Medina: Montevideo, 1957.

SEGADO, Francisco Fernández. La obsolescencia de la bipolaridad ¿modelo americano-modelo europeo-kelseniano? como criterio analítico del control de constitucionalidad y la búsqueda de una nueva tipología explicativa. *Parlamento y Constitución*. Anuario, Universidad Castilla-La Mancha, Toledo, nº 6, 2002, p. 9-73, p. 13. Disponível em: <<http://www.cortescslm.es/paginas/detalle_nooficial.php?id=38>>. Acesso em 02 de Maio de 2015.

SIEGEL, Jonathan R.. The Institutional Case for Judicial Review. *Iowa Law Review*, [s.l.], v. 97, p.1147-1199, 2012.

SOUZA, Ailton de. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. *Revista Pracs: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, v. 4, p.29-39, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/364>>. Acesso em 10 de Setembro de 2016.

TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. Justiça constitucional: superando as teses do 'legislador negativo' e do ativismo de caráter jurisdicional. *Direitos Fundamentais & Justiça*, v. 7, p. 167-181, 2009.

TORICELLI, Maximiliano. Distintas variantes de acción de inconstitucionalidad en el orden federal. In: MASCIOTRA, Mario; CARELLI, Enrique Antonio (Org.). *Derecho Procesal Constitucional*. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2006. p. 271-297.

VALCARCE, Arodin. Control de Constitucionalidad de Oficio. In: MASCIOTRA, Mario; CARELLI, Enrique Antonio (Org.). *Derecho Procesal Constitucional*. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2006. p. 299-310.

WOLKMER, Antonio Carlos; CORREAS, Oscar (Org.). *Crítica Jurídica na América Latina*. Aguascalientes: Cenejus, 2013.